

## **A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NO ASSENTAMENTO SÃO PEDRO EM PARANAÍTA NORTE DE MATO GROSSO E O BENEFÍCIO ÀS FAMÍLIAS DA REGIÃO**

SOUZA, Eunice Brito<sup>1</sup>  
alicebritodesouza@hotmail.com

### **RESUMO**

Este trabalho estudou os sentidos que as famílias do Assentamento São Pedro de Paranaíta - MT dão para o viver na terra. Para realizar este trabalho, o método de abordagem usado foi dialético e a método de procedimento foi o histórico; a coleta de dados foi a partir de entrevistas. O depoimento de sete moradores possibilitou entender o quanto a distribuição de terras transformou as vidas dos assentados. Pessoas que antes não tinham nenhum pedaço de terra para plantar e morar, hoje, têm maior perspectiva de vida, pois sabem que, se querem produzir, basta plantar e cuidar. Com esses dados, foi possível perceber que as famílias beneficiadas com a distribuição das terras têm consciência dos problemas que precisam enfrentar no dia a dia, mas sabem de importância que eles têm para a economia local.

**Palavras-chave:** Agricultura. Terra. Assentamento.

### **ABSTRACT**

This paper studies the senses that the families of the Settlement "São Pedro" of Paranaíta-MT give to the live on in land. To carry out this study the method of approach used was dialectic and the procedure method was the history, the data collection was based on interviews. The testimony of seven residents made it possible to understand how the distribution of land has transformed the lives of the settlers. People who previously did not have any piece of land to grow and live, now has greater perspective on life because they know that if they want to produce they just have to plant and care. With these data it was possible to notice that the families benefited by the distribution of land are aware of the problems they need confront day by day, but they know the importance they have for the local economy.

**Keywords:** Agriculture. Land. Settlement.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do segundo semestre do Curso de Gestão em Agronegócio do Curso da Faculdade de Direito da Alta Floresta (FADAF)

## **INTRODUÇÃO**

O termo assentamento vem da prática da reforma agrária. Ocorre quando uma área de grande extensão territorial é desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e entregue a pessoas sem poder aquisitivo. Recebem terras os trabalhadores que estão cadastrados nos programas de reforma agrária do país.

No assentamento, o tamanho da área por hectares depende do espaço geográfico e do número de famílias beneficiadas. Há sempre espaços para construção de escola, unidades de saúde, igreja e toda a infraestrutura que o município, onde o assentamento se localiza, possa e deva oferecer. Os assentados também contam com custeio por parte do governo e programas de linha de crédito, para poderem investir na propriedade e possuírem condições para sobreviver. Os assentados não possuem o direito de vender ou trocar a propriedade. Eles podem usufruir, mas não podem ser chamados de proprietários legalmente.

Nesse sentido, o tema do trabalho científico tem como base a ocupação da terra no Mato Grosso. Por ser um campo amplo de informações, foi preciso delimitar o tema que é: a reforma agrária em Paranaíta. A problemática investigada foi: como ocorreu a distribuição de terras no Assentamento São Pedro em Paranaíta, no norte de Mato Grosso, no período de 1998-2015? A hipótese é que as divisões das terras aconteceram dentro das normas legais do Incra.

O objetivo dessa pesquisa foi informar sobre as divisões das terras e analisar as famílias beneficiadas com o programa. A justificativa para a escolha do tema se deu por ele ser científico e de interesse social.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Metodologia**

A pesquisa sobre o assentamento tem como método de abordagem o dialética, pois, de acordo com Lakatos e Marconi (2010, p.83): “Nenhuma coisa está ‘acabada’, encontrando-se sempre em vias de transformar, desenvolver; o fim de um processo é

sempre o começo de outro”. Nesse sentido, a pesquisa pretende discutir a realidade do assentamento, suas mudanças e seu desenvolvimento no decorrer dos anos.

Como método de procedimento, é aplicado histórico, pois, segundo Lakatos e Marconi (2010, p.89):

O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

Ou seja, a pesquisa pretende mostrar como o assentamento seguiu e se desenvolve. Trabalhadores que vieram de diferentes regiões se adaptaram, se transformaram e, juntos, desempenharam novo papel na sociedade.

Na coleta de dados, foi usada a entrevista, do tipo despadronizada, pois, segundo Lakatos e Marconi (2010, p.180): “O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada”. Ou seja, o entrevistador tem liberdade para direcionar a entrevista de acordo com a desenvoltura de cada entrevistado.

O estudo tem como técnica de pesquisa a pesquisa de campo, de acordo com Lakatos e Marconi (2010, p.169): “Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto”. Nesse sentido, o pesquisador teve contatos com problemas já existentes e ainda não solucionados, isso ajuda no desenvolvimento da pesquisa atual.

A técnica de pesquisa bibliográfica também é parte fundamental deste trabalho, com base em Lakatos e Marconi (2010, p.166): “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Portanto, a leitura de livros que tratam deste assunto é de grande ajuda.

Assim, a delimitação do universo de amostragem se deu a partir de sete pessoas que moram no assentamento São Pedro, em Paranaíta, norte de Mato Grosso. O assentamento tem um grande número de moradores, alguns que estão desde o começo outros que foram chegando com o desenvolvimento do local. Diante de tudo, o tratamento dos dados ocorreu com base de dados colhidos através das entrevistas e a análise foi qualitativa.

## 2.2 Embasamento Teórico

Para discutir a reforma agrária, é válido citar o autor Paulo Martinez, que, em seu livro *Reforma Agrária: Questão de terra ou gente?* (1987, p.47), escreve o seguinte: “A faculdade que o homem tem de construir seu próprio destino é limitada por muitos fatores, mas principalmente pela vontade de outros homens que têm o poder de guiar uns, decidir por outros e influenciar muitos”.

Ou seja, ainda hoje, muitas pessoas não conseguem realizar seus objetivos, às vezes por falta de estudo, falta de estrutura, e principalmente falta de apoio; pois na maioria das vezes, quando alguém diz que vai ajudar, é por que já estão visando lucro.

A reforma agrária enfrenta muitos problemas, segundo Paulo Martinez, em seu livro, *Reforma Agrária: Questão de terra ou de gente?* (1987, p.27):

O problema agrário brasileiro está tão ligado ao conjunto econômico, político e social do país e dos seus vínculos internacionais que nenhuma transformação pode ser pensada isoladamente para ele, nem por meio pacífico nem com a violência. Qualquer medida ou solução de grande alcance na questão agrária terá de ser pensada em termos globais das suas repercussões em outros campos.

Ou seja, não é um fator isolado, mas requer atenção num campo mais amplo de abordagem para que esses problemas sejam resolvidos. Não é um problema dos assentados, mas de toda sociedade civil.

A reforma agrária e o meio ambiente devem ser uma preocupação de todos, de acordo com os coordenadores João Eduardo Lopes Queiroz e Márcia Walquiria Batista dos Santos, no livro *Direito do Agronegócio* (2011, p.499):

O estatuto da terra já se preocupava com o respeito à legislação ambiental e proteção do meio ambiente, destacando que a reforma agrária deve assegurar a conservação dos recursos naturais, e facultar áreas de proteção à fauna e a flora, e a obrigação de parte da terra para assentamento ser reservada para reflorestamento ou conservação.

Assim, deve-se tornar obrigatório que os assentados se responsabilizem em deixar faixas de mata fechada em volta das nascentes, pois, desse modo, protege não somente a nascente como também a fauna e a flora lá existente.

O autor Eder Zanetti, em seu livro *Meio Ambiente Setor Florestal*, discute que “O uso da terra deve estar limitado pela antevisão da sustentabilidade, não podendo a ganância econômica ou mesmo a expectativa de ganho rápido permear as atividades nas propriedades; a lei precisa delimitar sua utilização como forma de crescimento social” (ZANETTI, 2009, p.152). Quer dizer que é necessária uma visão sistêmica do proprietário da terra para que não haja um desmatamento em demasia em busca do lucro

desenfreado. Aí deve prevalecer o bom senso para que a atividade econômica não interfira no que deve ser respeitado, tais como as leis ambientais.

Paulo Martinez escreve sobre o conceito que a sociedade tem do trabalhador rural. (1987, p. 66): “No conceito público continua pesando sobre o trabalhador rural o velho estigma de caipira preguiçoso e ignorante. Quando se fala das deficiências da agricultura não falta a lembrança de que ninguém mais quer trabalhar.” Ou seja, ninguém os entende, não pensam no sofrimento que o trabalhador rural enfrenta, no sol que o castiga, na falta de chuva, ou, às vezes, no excesso dela, na falta de apoio dos governante e na desvalorização dos produtos que ele tem para vender.

Paulo Martinez cita (1987, p. 53): “Os trabalhadores estão evitando o quanto possível, trabalhar na ‘roça’ seus filhos principalmente, preferem outras ocupações nas cidades, onde vivem na periferia, em favelas, cortiços, e na melhor das hipóteses, em conjuntos habitacionais.” O que não se compreende é que esses jovens buscam melhorias, devido à falta de incentivo e valorização de seu trabalho. O que ocorre é jovem sem formação, sem estrutura, e sem poder aquisitivo, que vem da terra, onde trabalha sob o sol e vê pouco ou nenhum resultado, chega às cidades em busca de melhorias, mas a situação não permite e ele vai para um igual ou pior do que aquele em que ele vivia.

O autor Luiz Carlos Bedushi Filho, em seu livro Assentamentos Rurais e Conservação da Natureza, (2003, p.62):

A criação de aves e suínos e o cultivo de frutas e hortaliças, que sempre ocorrem próximo à moradia, no entorno da casa, contribuem significativamente para garantir a segurança alimentar das famílias. Também a agricultura para o autoconsumo, como o cultivo de arroz, milho, feijão e mandioca, é um componente importante dos sistemas de produção dos assentamentos rurais.

Isto demonstra que os assentamentos não possuem condições para produção em grande escala, eles produzem e criam em pequena proporção, de acordo com suas condições e necessidades.

Em seu livro, Violência no Campo, atualizado em 2011, o autor Júlio José Chiavenato escreve sobre o sofrimento do trabalhador que é expulso do campo, (2011, p. 20): “Quando o trabalhador é expulso do campo e torna-se migrante, ele não se integra a nova comunidade urbana. Vive na periferia, à margem da sociedade, nas favelas ou nos cortiços, em choque constante com uma cultura que não é a sua”. Ou seja, o ser humano perde sua dignidade, seus costumes e seus valores, não consegue viver em meio ao burburinho dos cortiços e das favelas.

No livro Reforma Agrária, o autor Paulo Martinez cita (1987, p.63):

O pequeno produtor, além das limitações próprias da sua capacidade de produzir, ainda se utiliza dos mesmos mecanismos de especulação dos grandes produtores, aumentando ou diminuindo a oferta de mercadorias segundo as conveniências de mercado.

Assim, mesmo o pequeno produtor, produzindo em pequena escala, ainda tem que competir com a demanda de mercado vendendo quando o produto está em alta, e segurando quando está em baixa.

Segundo os coordenadores João Eduardo Lopes Queiroz e Márcia Walquiria Batista dos Santos, no livro Direito do Agronegócio, (2011, p.502). “A divisão de terras não finaliza a luta contra o latifúndio. Outra questão a ser tratada é a emancipação dos assentamentos rurais, que ficam tutelados pelo Incra. Deve ser planejada uma estrutura para que os trabalhadores possam receber o título definitivo das terras”. Ou seja, seria um passo muito importante, eles teriam um registro garantido que aquela terra realmente pertence a eles.

Eder Zanetti (2009, p. 175) cita: “A luta pela reforma agrária é uma das principais lutas da classe trabalhadora no País provendo melhorias na vida dos assentados e, conseqüentemente contribuindo para o desenvolvimento da economia.” Desse modo, os governantes deveriam lutar mais pelos assentados, pois estes são responsáveis por grande parte do desenvolvimento econômico do País e mesmo assim vivem esquecidos e abandonados.

De acordo com Eder Zanetti, (2009, p. 175): “Os assentamentos são uma resposta socioeconômico e política das populações; as mudanças qualitativas na vida das famílias são o primeiro objetivo da conquista, melhorando as condições de vida e gerando impactos econômicos na sociedade.” Ou seja, as famílias, com o apoio e a preparação adequada, conseguem mudar seu padrão de vida e, conseqüentemente, a localidade também, pois, se a família tem lucro com seus produtos, tais como leite, gado e grãos, esse capital vai ser gasto na cidade movimentando a economia.

## **2.3 Resultados e Discussões**

As experiências vividas pelos trabalhadores no processo de constituição do Assentamento São Pedro, em Paranaíta, no Norte de Mato Grosso, são discutidas a partir de agora. Maria Mackohin, que era secretária do Sindicato na época da distribuição das terras, relata como começou o processo de assentamento das famílias

após as primeiras manifestações que começaram em 1995. “A ideia surgiu depois que constataram grande número de famílias sem terra e carentes no município, o sindicato dos trabalhadores rurais de Paranaíta, resolveu fazer algo por aquela gente formou-se então o movimento Grito da Terra Brasil”.

Foi durante uma reunião em Sinop, que a funcionária pública Maria Mackohin conheceu José Carlos Giocondo, gerente de uma fazenda em Paranaíta, que fica sabendo do projeto do assentamento, e, quinze dias depois, liga para o sindicato e diz que seu patrão tem interesse em desapropriar uma fazenda próxima à cidade, então, começam as negociações. De acordo com Maria Mackohin, em 1997, acontece a primeira reunião, que conta com a presença do presidente do sindicato, seu Jorge, e da Secretária Maria e do então prefeito, Dr. Mário Issaka, e de José Carlos Giocondo, que faz toda negociação.

Começam as manifestações em Brasília, frente ao Congresso Nacional, gente de três município, Paranaíta, Alta Floresta e Carlinda sai em ônibus lotados e começam as inscrições, e, mais um ano em espera até que vêm o pessoal do Sipla, que verifica quem já havia possuído terra do governo.

Assim, conforme a ex-secretária do sindicato, Maria Mackohin, ao fim daquele ano, cada inscrito teve que pagar dez reais, mas somente uns trinta conseguiram, então, o prefeito teve que pagar tudo, até o topógrafo, que iria demarcar os lotes. Este trabalho durou um ano, mais uma vez, o prefeito ajudou pagando a funcionária Maria, que morou todo aquele ano no assentamento, bem como pagou uma senhora que cozinhava e alimentava todos. Tudo pronto, acontece o sorteio no ginásio de esporte. Cada inscrito é chamado pelo nome e tira um número, que correspondia ao número do lote.

Denis Cley Nunes é casado, tem uma filha de três anos, concluiu o terceiro ano do ensino médio e sua esposa também. Sempre morou na cidade de Paranaíta, antes da distribuição das terras exercia a profissão de pedreiro e sua renda mensal era de dois salários mínimos. Atualmente, trabalha como leiteiro e obtém uma renda de três a três salários e meio.

De acordo com Denis Cley: “O assentamento São Pedro recebeu esse nome por causa do santo chamado São Pedro”. Segundo ele, a distribuição das terras ocorreu do período de 1999 a 2000, e as principais dificuldades encontradas pelos assentados no início da posse das terras eram as estradas. Denis Cley não conhece ninguém que possui documentos ou arquivos dessa época.



Segundo Denis Cley, o assentamento São Pedro não é o primeiro no norte de Mato Grosso. Contou que: “A obtenção dos lotes foi através de um sorteio onde as pessoas pegavam o número e ia procurar onde o lote estava localizado. Os assentados receberam ajuda do governo como o Pronaf e materiais e mão de obra para a construção de casas”.

Maria Brasilina é casada, concluiu a oitava série, tem dois filhos, uma é pedagoga, mas não exerce a profissão, o outro está no terceiro semestre de administração. Sempre moraram em Paranaíta. Ela trabalhava como faxineira em uma loja de móveis, recebendo um salário. Atualmente, tira leite, produz hortaliças e faz pão para vender. Sua renda é de mil a mil e quinhentos reais mensal.

Maria Brasilina não sabe o motivo do assentamento se chamar São Pedro e não lembra a data da distribuição das terras. De acordo com Maria: “As principais dificuldades do início do assentamento foram à falta de água de energia e as estradas”. Ela diz não conhecer ninguém que tenha documentos ou arquivos. Segundo ela: “O assentamento de Paranaíta não é o único no norte de Mato Grosso, há um em Carlinda”. Disse também: “Que a distribuição dos lotes foi através de um sorteio, e que além dos lotes receberam outras ajudas do governo, o fomento e o Pronaf”. Na opinião da Maria, houve melhorias com a chegada da bacia leiteira.

Valmir Nunes é casado, estudou até a quarta série do ensino fundamental, é pai de três filhos, um agrônomo, o outro acadêmico do curso de direito e a filha cursando a oitava série. Antes da distribuição das terras, morava em Paranaíta, trabalhava em uma madeireira e sua renda era de aproximadamente oitocentos e cinquenta reais. Atualmente é agricultor familiar e sua renda varia de dois mil a dois mil e quinhentos reais. Não sabe dizer o porquê do assentamento se chamar assentamento São Pedro. Segundo ele: “A distribuição das terras ocorreu nos anos noventa e as principais dificuldades enfrentadas eram as estradas e a falta de escolas”. Segundo ele: “Esse não foi o primeiro assentamento da região e que foi tudo bem”. Disse que recebeu do governo, além dos lotes, casa e Pronaf. E que, em sua opinião, ocorreram melhorias no assentamento: “100% de melhorias em tudo, estrada, agricultura, pecuária, leite e energia”.

Roseli Brito de Souza Ferrareis é casada com Vilson Gilavert Ferrareis, o casal tem duas filhas, eles cursaram a quarta série, as filhas, uma está cursando o segundo ano do ensino médio e a outra a quarta série. Moram há 28 anos em Paranaíta, antes do



assentamento, o esposo era construtor e sua renda era de dois salários, atualmente atua na pecuária e a renda varia de dois mil a dois mil e oitocentos reais.

Não sabe o motivo que levou o assentamento a receber o nome de São Pedro e diz: “Que a distribuição das terras ocorreu em 1998”. Segundo ela: “As principais dificuldades no início foram à falta de água, energia, escola e estrada”. Diz não conhecer ninguém que tenha documentos do assentamento, mas que a distribuição ocorreu através de um sorteio, que cada um retirava um número, que era o número do lote, também recebeu do governo o Pronaf e fomento. De acordo com Roseli: “Houve melhorias como estrada, água, energia e melhores escolas”.

Gil Martins da Cruz é casado, tem um filho, ambos cursaram o ensino médio, sempre morou em Paranaíta, antes da distribuição das terras trabalhava no garimpo e sua renda era de acordo com a quantidade de gramas de ouro que conseguia. Hoje é agricultor e sua renda é de dois salários e meio. Não sabe ao certo, mas acredita que o nome do assentamento seja devido à comunidade mais perto se chamar São Pedro.

Segundo ele: “A distribuição aconteceu em 1998, as principais dificuldades do início foram falta de água, energia e estradas, muitas vezes, para chegar à propriedade tinha que ser em cima de um caminhão de toras, eles foram de muita ajuda”, relembra.

Apesar de não saber onde estão. “Diz que o sindicato dos trabalhadores rurais tem atas das primeiras reuniões, das inscrições e o mapa, com legenda de todos os lotes e comunidades”. Segundo ele: “O assentamento São Pedro não é o primeiro no norte de Mato Grosso, existe um também em Carlinda, e que, além dos lotes, o governo também os ajudou com o fomento, o Pronaf e as casas de alvenaria”. Gil vê grandes melhorias na educação, na saúde, esta hoje conta com dois postos de saúde, há estradas boas e até um trecho de asfalto, energia, bacia leiteira e o resfriador.

José Domingo Nunes é solteiro, cursou o primeiro ano do ensino médio, é pai de três filhos que cursam a sétima, o quinto e o terceiro ano. Antes das distribuições das terras morava em Paranaíta, trabalhava em uma madeireira e sua renda mensal era de dois salários mínimos. Hoje é agricultor e sua renda mensal é de mil a mil e duzentos reais. Não sabe dizer o porquê do assentamento se chamar assentamento São Pedro.

Segundo ele: “A distribuição das terras ocorreu no ano de 1998 e que as principais dificuldades na época eram as estradas, água, escola, saúde e transporte”. Acredita que ex-presidente do sindicato, Sr. Jorge, e o ex-prefeito, Dr. Mário, devam possuir documentos da época. De acordo com José Domingo: “Esse não foi o primeiro

assentamento da região e que além das terras recebeu do governo ajuda, tais como fomento, Pronaf e habitação”. Em sua opinião, não houve melhorias no assentamento. “Naquela época, apesar do pouco desenvolvimento, era melhor” relatou.

Alice Brito de Souza é solteira, não tem filhos, cursa o ensino superior em Gestão em Agronegócio. Morava em Paranaíta antes da distribuição das terras, trabalhava com agricultura familiar e sua renda era variável, hoje, ganha um pouco mais de um salário mínimo. Não sabe porque o assentamento recebeu o nome de Assentamento São Pedro, contou que sua família se mudou em meados de 1999 e que a distribuição das terras ocorreu um ano antes.

Alice relatou que: “As maiores dificuldades enfrentadas no início foram às estradas, falta de água potável e recursos de saúde básica. As estradas eram ruins, muita serra e longe da cidade”. Ela não conhece ninguém que possua arquivos e registros da época. Alice não soube informar se esse foi o primeiro assentamento da região. Ela relatou que a distribuição ocorreu através de um sorteio, em que seu pai pegou o número 36, que eles se alegraram acreditando que era próxima à cidade, mas ficava, na verdade, a uns 60 km.

Segundo Alice, seu pai recebeu um custeio do governo, chamado fomento, que era uma ajuda para comprar alimentos. “O assentado não recebia o dinheiro nem podia comprar o que queria, tinha alguém que fazia o pagamento e o dinheiro era somente para as coisas básicas”. Ela continuou seu relato: “Mais tarde o Pronaf para comprar gado, mas esse era um empréstimo que alguns anos mais tarde o pai começou pagar, em parcelas anuais sempre no final de cada ano. Mais tarde ainda, materiais e mãos de obra para a construção de uma casa, tudo muito simples e de pouca qualidade, que o pai foi melhorando com recursos próprios”.

Alice contou: “As pessoas ainda sofrem, apesar de estradas melhores, energia elétrica e postos de saúde, sofrem porque não são valorizadas, apesar das dificuldades, o início era melhor, hoje as pessoas estão desanimando e indo embora”. Já de acordo com Denis Cley. “Houve melhorias no assentamento, como a chegada da energia elétrica, escolas e a oportunidade das pessoas daqui estarem cursando faculdade”. Ou seja, são recursos comuns para as cidades, mas que para eles são grandes evoluções.

O autor Carlos Beduschi Filho, em seu livro, Assentamentos Rurais e Conservação da Natureza, (2003, p.62), cita: “A criação de aves e suínos e o cultivo de frutas e hortaliças, que sempre ocorre próxima à moradia, contribuem

significativamente para garantir a segurança alimentar da família”. Nesse sentido, Maria Brasilina diz que: “Tiro leite, mexo com horta e junto com uma irmã, fazemos pão e vamos todas as quartas-feiras vender na cidade”. Isto demonstra que, apesar de possuírem poucos recursos, eles lutam por melhores condições de vida e sentem-se realizados, quando comparam com o que tinham antes da distribuição das terras.

Os entrevistados Alice Brito de Souza, Denis Cley Nunes, Maria Brasiliana, Valmir Nunes, Roseli Brito de Souza Ferrareis, Gil Martins da Cruz, José Domingo Nunes disseram que, além dos lotes, o governo os ajudou com Pronaf, fomento e a construção de uma casa simples de alvenaria. Nesse sentido, houve um incentivo do governo, uma forma de apoiá-los, já que o início era difícil para todos, ainda mais que muitas famílias vieram de outros municípios. Segundo Roseli Brito de Souza Ferrareis, faltava água, energia, escola e estradas. Ou seja, coisas básicas, do cotidiano de toda família, mas que eles tiveram que aprender a sobreviver sem.

Na opinião de José Domingo Nunes: “Não houve melhorias no assentamento, naquela época, apesar de pouco desenvolvimento, era melhor”. Ou seja, mesmo com todo sofrimento do início, o entrevistado compreende que poderia estar melhor, que, com um pouco mais de incentivo, muitas famílias não teriam abandonado suas terras e voltado para a cidade.

De acordo com Alice Brito de Souza, receberam do governo, além do lote, ajuda com financiamentos. Assim, o governo os ajudava, mas eles não eram realmente donos do que possuíam, pois, ao fim de cada ano, tinham que ter dinheiro para quitar as parcelas. Não podiam fazer projetos contando com o dinheiro da venda do gado pois tinham que guardar para quitar todo o empréstimo.

Alice relata ainda: “Que as pessoas ainda sofrem, apesar de estradas melhores, energia elétrica e postos de saúde, sofrem porque não são valorizadas, apesar das dificuldades, o início era melhor, hoje as pessoas estão desanimando e indo embora”.

Como o autor Paulo Martinez, em seu livro Reforma Agrária: Questão de terra ou de gente? (1987, p.47): “A faculdade que o homem tem de construir seu próprio destino é limitada por muitos fatores, mas principalmente pela vontade de outros homens que tem o poder de guiar uns, decidir por outros e influenciar muitos”.

Sendo assim, o que falta é apoio das pessoas que realmente têm o poder nas mãos que podem mudar e investir nessa gente humilde e batalhadora que não sabem a força que tem e que juntos poderiam exigir direitos que lhe são negados.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assentamento São Pedro surgiu da necessidade de muitas famílias, eram pessoas que não possuíam terras e, muitas vezes, nem renda fixa, a maioria plantavam em terras alheias tendo que pagar porcentagem da colheita para os donos das terras, ficando com pouco para o sustento familiar o que, os levavam a passar necessidades.

Em 1995, o sindicato se associou a essa gente e, depois de muita luta, conseguiram o almejado pedaço de terra. Com o apoio constante do sindicato e contando com o apoio do governo, a divisão das terras ocorreu dentro das normas do Incra. Apesar das dificuldades encontradas no início e que muitas continuam até hoje, as pessoas sentem-se realizadas, são pessoas acolhedoras, que, na luta do dia a dia, dão o melhor de si. Foram inscritas 350 famílias de Paranaíta, 250 de Alta Floresta e 160 de Carlinda, somando um total de 760 lotes, muitas pessoas ficaram para uma segunda chamada, que não aconteceu até hoje.

Com os dados obtidos em entrevistas, com sete moradores do Assentamento São Pedro e com a ex-secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranaíta conclui-se que os assentados estão satisfeitos com o desenvolvimento do assentamento, apesar das dificuldades, como o baixo preço do leite que é a maior fonte de renda da maioria, existe também a questão ambiental, eles não podem desmatar, sendo assim, não podem investir em pastagem, nem no aumento do rebanho, mesmo assim, garantem estar melhores que antes da distribuição das terras, pois viviam na cidade ou em terras alheias, muitos não tinham um salário fixo, daí surgiu a necessidade de um assentamento, pois muitos viviam em extrema pobreza. Hoje eles possuem gado, moto e até carro.

A hipótese: “Se as divisões das terras ocorreram dentro das normas legais do Incra” foi confirmada, através da entrevista com a ex-secretária do sindicato rural, assim sendo, o Incra poderia, juntamente com o sindicato e políticos, lutar para que os assentados tenham os documentos legais das terras e também seria importante instruí-los com projetos e palestras sobre a preservação do meio ambiente e o respeito à natureza, e não deixá-los se sentir em ameaçados pelo Ibama, mas que ambos caminhem juntos.

## REFERÊNCIA

- ARAÚJO, Massilon - **Fundamentos de Agronegócio**. 2. Ed. -São Paulo: Atlas, 2005.
- BATALHA; M. O. (org.) **Gestão do Agronegócio**: textos selecionados. São Carlos: EdUFSe, 2009 .465 p.
- BEDUSHI FILHO, Luiz Carlos. Assentamentos rurais e conservação da natureza: do estranhamento à ação coletiva. São Paulo: Iglu: FAFESP, 2003.
- BRASILIANA, Maria. Assentamento São Pedro Produção. [30 de maio de 2015]. Alta Floresta. Entrevista concedida a Eunice Brito Souza.
- CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo**. -2. Ed. Reform. -São Paulo: Moderna, 2004. - (Coleção polêmica).
- CRUZ, Gil Martins da Cruz. Assentamento São Pedro Produção. [20 de maio de 2015]. Alta Floresta. Entrevista concedida a Eunice Brito Souza.
- FERRAREIS, Roseli Brito de Souza. Assentamento São Pedro Produção. [25 de maio de 2015]. Alta Floresta. Entrevista concedida a Eunice Brito Souza.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3. Ed. São Paulo: Atlas. 1991.
- MACKOHIN, Maria. Assentamento São Pedro Produção. [22 de maio de 2015]. Alta Floresta. Entrevista concedida a Eunice Brito Souza.
- MARTINEZ, Paulo – **Reforma agrária: questão de terra ou de gente?** / Paulo Martinez. – São Paulo: Moderno, 1997.
- NUNES, Denis Cley. Assentamento São Pedro Produção. [24 de maio de 2015]. Alta Floresta. Entrevista concedida a Eunice Brito Souza.
- NUNES, José Domingo. Assentamento São Pedro Produção. [28 de maio de 2015]. Alta Floresta. Entrevista concedida a Eunice Brito Souza.
- NUNES, Valmir. Assentamento São Pedro Produção. [30 de maio de 2015]. Alta Floresta. Entrevista concedida a Eunice Brito Souza.
- QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos. **Direito do Agronegócio**. 2. Ed. Ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011.646 p.
- SOUZA, Alice Brito de. Assentamento São Pedro Produção. [02 de junho de 2015]. Alta Floresta. Entrevista concedida a Eunice Brito Souza.

ZANETTI, Eder. **Meio ambiente - Setor florestal**. Curitiba: Juruá, 2009.